

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Ministro quer setor privado na energia nuclear	2
Título: Metas para primeiros cem dias não incluem a Previdência	4
Título: Bolsa tem novo recorde com defesa de ajuste	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Petrobras vende diesel abaixo de preço internacional	7
Título: Cinco empresas querem concluir usina de Angra 3, diz ministério	9
Título: Petrobras tem nova derrota no Carf em processo de R\$ 1,7 bilhão	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: Consumo de energia tem o 4º recorde consecutivo	10
Título: Jirau inunda parque, é punida e protesta	10
Título: Com Guedes, dólar cai e Bolsa bate recorde	12
Título: De surpresa, Planalto lista metas para 100 dias	13
VEÍCULO: Correio Braziliense	14
Título: Previsão de extinguir 50 estatais	14
Título: Governo quer concluir Angra 3	15
Título: Há, no discurso do governo, preferência pela energia nuclear	17
Título: A hora da privatização do refino	19
VEÍCULO: Valor Econômico	21
Título: Megaleilão e venda da Eletrobras patinam em meio a incertezas	21
Título: Curtas	23
Título: Independência do BC está entre as metas para os 100 dias do governo	23
Título: Iberdrola quer retomar oferta de ações da controlada Neoenergia	26

Título: Indiana Sterlite prevê antecipar em dois anos primeiro projeto no país	28
Título: Obras vão melhorar suprimento.....	30
Título: Destaques	31
Título: Curtas	32
Título: Indústria de matérias-primas biológicas quer estar mais próxima do consumidor	32

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/01/2019

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura E Ramona Ordonez

Título: Ministro quer setor privado na energia nuclear

Segundo Bento Albuquerque, titular da pasta de Minas e Energia, governo discute mudança na Constituição para permitir que investidores construam e operem novas usinas. Para especialistas, país tem fontes mais baratas

BRASÍLIA E RIO- O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, defendeu ontem a possibilidade de empresas privadas produzirem energia nuclear no Brasil. Atualmente, a Constituição determina que apenas a União pode exercer essa atividade no país, mas ele afirmou que o governo tem planos de rever isso no futuro.

— Em um país como o nosso, dentro de suas características, a iniciativa privada é fundamental para seu destino. Considero um processo natural no futuro termos no país indústrias que não sejam estatais explorando energia nuclear em todos os segmentos — disse o ministro, que foi diretor-geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha.

— No momento não é possível (atividade privada na energia nuclear) por questões da nossa Constituição, que impede isso. Mas acredito que no futuro vai ser revisto. Já está sendo discutido.

Em nota divulgada na terça-feira, o ministério informou que o governo pretende construir de quatro a oito usinas nucleares no Brasil, sem entrar em detalhes. Hoje, o país tem duas em operação (Angra 1 e 2), que respondem por 1,2% da geração nacional de eletricidade. Albuquerque defendeu a conclusão das obras de Angra 3 — paralisadas desde 2015, ao se tornar alvo da Lava-Jato. Disse que a usina é estratégica e que pretende buscar parceiros para colocá-la em operação até 2026.

No modelo em estudo pelo governo para Angra 3, o investidor aportará recursos na usina, mas o controle será estatal. Segundo o ministro, cinco empresas já mostraram interesse após o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) ter aprovado, no fim de 2018, aumento na tarifa que poderá ser cobrada pela usina.

CUSTO ALTO

A Constituição estabelece o "monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados". Por isso, especialistas são cautelosos quanto à viabilidade da participação privada em um plano de construção de novas usinas nucleares.

Rafael Kelman, da consultoria especializada em energia PSR, destaca que, além de a discussão ter que passar pelo Congresso, o Brasil dispõe de fontes de energia mais baratas que a nuclear. De acordo com um estudo feito pela PSR para o Instituto Escolhas, o custo da energia nuclear é da ordem de R\$ 450 por megawatt/hora (MWh), contra R\$ 286 da geração hidrelétrica, R\$ 300 da eólica e R\$ 399 da solar.

— Podemos optar pela nuclear por questões políticas, mas não pelo custo — avalia.

Joaquim Francisco de Carvalho, mestre em engenharia Nuclear, pondera que a construção de uma central nuclear do porte de Angra 3, com capacidade de 1.300MW, requer um investimento muito alto, o que pode não ser vantajoso na comparação com o custo de outras fontes.

Para o professor do Programa de Engenharia Nuclear da Coppe/UFRJ Aquilino Senra, é preciso primeiro definir Angra 3: — É preciso decidir a conclusão da usina, caso contrário os custos para o país serão altos. Depois, é preciso avaliar as previsões da demanda de energia futura para se planejar novas unidades.

Mikio Kawai Junior, diretor executivo da Safira Energia, diz que a opção nuclear é boa por não emitir gases do efeito estufa, ser considerada segura e ter geração ininterrupta, a não ser na troca de parte do combustível. Mas admite que a questão é política: — A energia nuclear é previsível, limpa, mas tem, por exemplo, o problema futuro dos rejeitos. O Brasil estaria na contramão de outros países, que estão abandonando a energia nuclear.

MEGA LEILÃO DE PETRÓLEO

Bento Albuquerque afirmou ontem que a meta do governo é fazer no segundo semestre o megaleilão de petróleo no pré-sal, a partir do excedente da cessão onerosa, contrato pelo qual a Petrobras teve o direito de extrair até 5 bilhões de barris numa região como parte do processo de capitalização de 2010.

Para realizar a licitação, que pode render R\$ 100 bilhões aos cofres públicos, o governo precisa chegar a um acordo com a estatal. O ministro explicou que o governo ainda não decidiu o modelo de capitalização da Eletrobras.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/01/2019

Seção: Economia

Autor: Jussara Soares E Karla Gamba

Título: Metas para primeiros cem dias não incluem a Previdência

Questão é complexa e ainda está em análise, justifica ministro da Casa Civil

BRASÍLIA- O ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, apresentou ontem a agenda para os primeiros cem dias de governo do presidente Jair Bolsonaro. No programa com as ações prioritárias, no entanto, não está incluída a reforma da Previdência, considerada a principal medida econômica a ser adotada pelo governo.

Durante entrevista coletiva após apresentar as metas, Onyx afirmou que a Previdência não entrou no pacote porque, assim como a reforma tributária, é uma questão complexa e que ainda está em análise. O ministro ressaltou, contudo, que a proposta será apresentada "nos próximos dias":

— (As reformas da) Previdência e tributária são questões complexas, que ainda estão em análise. Temos uma equipe competente no Ministério da Economia. O presidente volta na sexta e vai voltar a dialogar. Deveremos ter nos próximos dias qual será a proposta da nova Previdência.

Na área econômica, o plano prevê o combate às fraudes nos benefícios do INSS (que já foi apresentado numa medida provisória), a abertura econômica e a

independência do Banco Central. O governo apresenta a agenda como "marco na boa governança pública do Brasil"

Na pasta comandada pelo ministro Paulo Guedes, também foi colocada como meta a redução da máquina administrativa, o que incluiria a extinção de 21 mil cargos comissionados e funções gratificadas. Outro tópico da área é a intensificação do processo de inserção econômica internacional, corroborando o discurso de Bolsonaro no Fórum Econômico Mundial de Davos.

Onyx destacou ainda a viabilização do megaleilão de petróleo do pré-sal, que poderia ocorrer no terceiro trimestre deste ano. Segundo ele, a medida vai fazer com o que o governo federal arrecade valores importantes que "vão auxiliar a própria Petrobras" Com a medida, o governo espera arrecadar R\$ 100 bilhões.

No Ministério de Infraestrutura, as medidas prioritárias para os cem dias são a ampliação da malha ferroviária e a modernização da infraestrutura aeroportuária a partir de março. De acordo com o chefe da Casa Civil, 12 aeroportos vão a leilão em três blocos, e o governo espera investimentos de R\$ 3,5 bilhões. No plano, há a previsão de que dez terminais portuários também sejam leiloados.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/01/2019

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro

Título: Bolsa tem novo recorde com defesa de ajuste

Ministro Paulo Guedes reforça, em Davos, promessa de privatizações e redução no rombo das contas públicas ainda este ano. Ibovespa sobe 1,53%, aos 96.558 pontos, enquanto dólar tem queda de 1,07%, a R\$ 3,763

SÃO PAULO- A Bolsa reagiu de forma positiva às declarações do ministro da Economia, Paulo Guedes, em relação ao ajuste fiscal. O Ibovespa, principal índice de ações local, fechou em alta de 1,53%, aos 96.558 pontos, renovando seu recorde histórico. O dólar comercial recuou 1,07%, encerrando cotado a R\$ 3,763, depois de ter sido negociado a R\$ 3,80.

Cleber Alessie, operador da H.Commmcor, afirmou que a moeda americana recuou ontem seguindo não apenas a fala de Guedes, mas o movimento da moeda no mercado externo: — O que impede o mercado de destravar mais são medidas concretas.

"GRAÇAS A MIM"

Guedes, em entrevista à agência de notícias Bloomberg, reafirmou o compromisso do governo com o ajuste fiscal e com a proposta de zerar o déficit das contas públicas ainda este ano. O presidente Jair Bolsonaro também conversou com a agência e voltou a defender a reforma da Previdência.

À noite, em entrevista à rede Record, Bolsonaro comentou o desempenho do mercado acionário: — Hoje acabou a Bolsa batendo novo recorde depois da fala do ministro Paulo Guedes e também, por que não dizer, da minha.

Na avaliação de Alessie, além da falta de medidas concretas que contribuam para o ajuste fiscal, a volatilidade nos mercados externos também dificulta a valorização dos ativos (ações e moeda) brasileiros.

Ele lembrou que a forte variação de preços nas Bolsas americanas deixa o investidor mais cauteloso, e isso prejudica o investimentos em países emergentes, como o Brasil.

EXPECTATIVA COM OS 100 MIL

Em relatório, analistas da XP Investimentos lembraram ainda que novos avanços dos ativos brasileiros dependem do conteúdo da proposta de reforma da Previdência que será enviada ao Congresso.

"Com um ambiente externo de volatilidade e aversão a risco, acreditamos que, para que o Ibovespa volte a ganhar tração, mais detalhes em relação à proposta final a ser enviada ao Congresso, assim como visibilidade em relação à aprovação, serão necessários", avaliaram. Há expectativas de que o Ibovespa possa ultrapassar os 100 mil pontos.

O enfraquecimento do dólar se deu em escala global. O Dollar Index, da Bloomberg, que mede o comportamento da divisa americana frente a uma cesta de dez moedas, recuou 0,19%.

Luiz Roberto Monteiro, operador da corretora Renascença, disse à Bloomberg que o mercado está "projetando melhora da economia brasileira".

No campo externo, a atenção dos investidores está nas negociações entre Pequim e Washington, que podem pôr fim à guerra comercial entre os dois países. Há ainda a preocupação com a desaceleração da China e, consequentemente, da economia global. O Dow Jones, principal indicador da Bolsa de Nova York, fechou em alta de 0,70%, enquanto o S&P 500, mais amplo, subiu 0,22%, graças a bons resultados corporativos. Mas permanecem as preocupações com os efeitos do shutdown (paralisação parcial) do governo americano.

— Lá fora o viés está mais positivo, e isso ajudou a Bolsa. O principal alívio veio das autoridades americanas, que negaram o cancelamento do encontro com os chineses. Isso beneficia os ativos de risco — disse Rafael Passos, analista da Guide Investimentos.

PETROBRAS SOBE MAIS DE 1%

Os papéis mais negociados do Ibovespa fecharam em terreno positivo e contribuíram para a renovação do recorde. As ações preferenciais (PN, sem direito a voto) da Petrobras subiram 1,19%, enquanto as ordinárias (ON, com voto) avançaram 1,04%. A valorização ocorreu mesmo com a queda do petróleo no mercado internacional. O barril do tipo Brent recuou 0,59%, a US\$ 61,14.

As ações da Vale subiram 1,03%. Os bancos, de maior peso no Ibovespa, também encerraram em alta. As ações PN do Itaú Unibanco e do Bradesco avançaram, respectivamente, 0,67% e 1,71%. O Banco do Brasil ganhou 2,07%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Petrobras vende diesel abaixo de preço internacional

Mercado Aberto

A Petrobras vendeu diesel a preços abaixo dos parâmetros internacionais nos primeiros 22 dias deste ano, segundo dados de uma entidade desse mercado.

Os valores de comercialização do barril e o de preço de paridade variam de acordo com a região do país. No Nordeste, o importado foi R\$ 0,13 mais caro que o produto da Petrobras, na média.

Em outras partes do Brasil, a diferença foi menor, mas ainda assim inviabiliza a venda do diesel de fora, de acordo com um executivo que prefere não se identificar.

A expectativa de comercializadoras é que as referências internacionais norteiem a estratégia da estatal.

A Petrobras, em nota, reafirma os princípios da sua política de preços, que leva em conta o custo para vender, em diferentes pontos do país, combustível importado.

Para fazer o cálculo, a companhia estima como é a equação de precificação dos concorrentes que não refinam petróleo no Brasil.

Os valores reais do diesel de fora variam conforme características de cada importadora, como a infraestrutura logística e escala, segundo a empresa brasileira.

"Desta forma, é importante reforçar que o PPI (preço de referência) não é um valor absoluto, único e percebido da mesma maneira por todos os agentes", afirma a estatal.

A Petrobras flexibilizou as remarcações de preços para eliminar volatilidade, mas aproveita para comercializar o barril mais barato que os importadores, de acordo com um analista.

A tática deve ter limites para não destruir valores dos acionistas, de acordo com ele.

Na cidade de SP, criação de vagas para mulheres foi maior
O saldo de novas vagas para mulheres na cidade de São Paulo foi quase duas vezes maior que o de postos abertos para homens em 2018, de acordo com a Secretaria de Previdência e Trabalho.

A capital paulista teve um desempenho inverso ao do resto do país, em que foi registrado 1,6 emprego masculino para cada feminino.

Os serviços lideram a criação de vagas em regiões densas, que passaram por um processo de desindustrialização, como São Paulo, diz Wolnei Ferreira, diretor da ABRH-Brasil (Associação Brasileira de RH).

"O saldo na cidade foi muito favorável no ano passado, a reação foi mais forte que no resto do país, e foi especialmente significativo em segmentos como o comércio."

No agregado nacional, é natural que se tenha aberto mais postos masculinos, pois as mulheres sofrem com informalidade, diz Bruno Otto-ni, pesquisador associado do FGVIBRE e Idados.

"Os homens já têm mais inserção no mercado e isso dá a eles vantagem na hora de encontrar um posto com carteira assinada."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 24/01/2019**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Cinco empresas querem concluir usina de Angra 3, diz ministério

Brasília- Cinco empresas já se apresentaram ao governo interessadas na conclusão da obra de Angra 3, parada desde que foi alvo da Lava Jato. O presidente Jair Bolsonaro pretende terminar a usina nuclear para tentar baratear o custo da energia, especialmente na região Sudeste.

O Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou nesta quinta-feira (23) que o ministério está verificando a "viabilidade econômica" do projeto e que a ideia é inaugurar a usina em 2026.

Albuquerque defendeu mudanças na Constituição para que, futuramente, empresas privadas possam atuar nesse mercado no país. Hoje, a exploração nuclear no país é monopólio da União. "Já estamos discutindo isso", disse. Julio Wiziack

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 24/01/2019**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Petrobras tem nova derrota no Carf em processo de R\$ 1,7 bilhão

São Paulo- A Petrobras disse que o Carf proferiu na terça-feira (22) decisão desfavorável em processo administrativo fiscal que aborda a cobrança de IRPJ (Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas) e CSLL (Contribuição Sobre o Lucro Líquido), referente ao exercício de 2012, em relação ao lucro auferido por empresas controladas e coligadas no exterior, no valor aproximado de R\$ 1,7 bilhão.

Na semana passada, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais proferira decisão desfavorável semelhante, referente ao exercício de 2010 e no valor de R\$ 1,5 bilhão.

A petroleira disse que a nova derrota "não altera a classificação de expectativa de perda possível" e que recorrerá à Câmara Superior do Carf.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 24/01/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Consumo de energia tem o 4º recorde consecutivo**

A carga de energia elétrica no Brasil teve nova máxima ontem, no quarto recorde consecutivo registrado apenas em janeiro, diante das altas temperaturas, informou o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em nota. Puxada pelo calor, que aumenta o uso de aparelhos de ar-condicionado, a carga máxima no sistema interligado do país registrou na tarde desta quarta-feira a marca de 89.114 megawatts, ante 87.489 MW na véspera.

Ainda houve novo recorde de carga também no subsistema Sudeste/ Centro-Oeste, com pico de 53.143 megawatts nesta quarta- feira, em comparação com recorde anterior de 52.771 megawatts também na terça-feira. O ONS já havia registrados recordes de demanda nos dias 15 e 16 de janeiro, quando foram quebradas marcas registradas em 2014, antes de o país enfrentar uma recessão que reduziu o consumo de eletricidade.

O ONS pontuou ainda que está operando o sistema com algumas restrições, devido às indisponibilidades da usina nuclear de angra 2 e dos polos 1 e 3 do linhão do Madeira, que limita em 50 % o escoamento da energia das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia. Em função disso, o ONS explicou que foi necessário importar 1.200 megawatts da Argentina e 400 megawatts do Uruguai para atender os momentos de pico de demanda.

"Cabe destacar que não houve interrupção no fornecimento de energia. O ONS e os agentes estão trabalhando para resolver as indisponibilidades do sistema", ressaltou em nota o operador do setor elétrico brasileiro ./REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 24/01/2019****Seção: Economia****Autor: André Borges/ BRASÍLIA****Título: Jirau inunda parque, é punida e protesta**

Hidrelétrica no Rio Madeira, em Rondônia, diz que unidade de conservação ambiental foi criada após o leilão da usina, realizado em 2008

As operações da hidrelétrica de Jirau, a quarta maior usina do País, correm riscos de serem inviabilizadas porque o governo do ex-presidente Michel Temer

decidiu aprovar, no apagar das luzes, a delimitação de uma floresta protegida que, na prática, está localizada nos fundos do reservatório da usina.

Regularmente criticado pelas ofensivas em unidades de conservação ambiental, Temer tratou de homologar, em dezembro, um plano de manejo (exploração comercial e sustentável da mata) de uma área de 4.047 hectares que, durante quase metade do ano, fica embaixo d'água, por causa do grande volume das vazões do Rio Madeira, em Rondônia, onde Jirau está localizada.

A decisão publicada pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) revoltou a concessionária energiaSustentável do Brasil (ESBR), dona da usina que, inclusive, foi multada pelo Chico Mendes em R\$ 48 milhões por inundar parte do Parque Nacional Mapinguari.

A concessionária, porém, alega que se trata de uma imposição absurda, uma vez que o parque só passou a existir, em Rondônia, depois do leilão da usina, realizado em 2008, ou seja, o reservatório da hidrelétrica e sua área de inundação já estavam previstos antes da existência do parque.

Em carta enviada ao **Ministério de Minas e energia**, ICMBio e Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), a ESBR critica a decisão do governo Temer de não rever a delimitação da área. Em vez disso, alega, tratou de aprovar um plano de exploração que simplesmente ignora a operação de Jirau.

"O plano de manejo publicado nos últimos dias da gestão anterior do ICMBio e do governo precedente insiste na tentativa de consolidação do aumento da área do parque dentro do reservatório da hidrelétrica Jirau e de conceitos equivocados adotados no auto de infração", afirma a concessionária, que cobra uma ação imediata do governo para resolver o problema.

Por conta da inundação, o ICMBio determinou que a concessionária da usina esvazie seu reservatório durante o período chuvoso, de dezembro a maio, para evitar o alagamento do parque. Um ano atrás, quando o ICMBio autuou a ESBR, declarou que, na realidade, é a cota (volume de água) do reservatório da usina que tem extrapolado os níveis previstos em contrato, invadindo o parque.

Os cálculos do ONS apontam que a redução imposta ao reservatório de Jirau implicaria na frustração de 4.100 megawatts (MW), energia suficiente para atender 45 milhões de pessoas em um mês. A hidrelétrica tem capacidade instalada para produzir 3.750 MW de energia mensalmente, mas a média anual, devido à variação do período chuvoso, é de 2.100 MW por mês.

Reunião hoje. Questionada sobre o assunto, a diretora jurídica da ESBR, Paula Barcellos, confirmou as informações e disse que uma reunião com a cúpula do governo para discutir o assunto está marcada para hoje.

"Estivemos no ano passado com a diretoria do ICMBio para tratar disso. O entendimento era de que a área seria redefinida. Fomos completamente surpreendidos com esse plano de manejo, que piorou ainda mais as coisas. O que querem? Que coloquemos a usina embaixo do braço e levemos para outro lugar", disse.

O leilão de Jirau, comentou Paula, ocorreu em maio de 2008, mas o Parque Nacional do Mapinguari só passou a existir um mês depois, em junho, e ainda assim apenas no Estado do Amazonas, longe da usina. Somente em 2010 é que a reserva seria ampliada até Rondônia, chegando às bordas do reservatório de Jirau, mas não considerou a exclusão da área prevista para todo o alagamento.

O ICMBio declarou que está analisando o caso. O MME afirmou que "trabalha em uma agenda de curto, médio e longo prazo para o acompanhamento dessa e de outras questões que norteiam as atividades do setor".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/01/2019

Seção: Economia

Autor: Altamiro Silva Junior Karla Spotorno

Título: Com Guedes, dólar cai e Bolsa bate recorde

A entrevista do ministro da Economia, Paulo Guedes, na tarde de ontem em Davos contribuiu para que o Ibovespa, principal índice da bolsa paulista, encerrasse em alta de 1,53%, aos 96.558,42 pontos, batendo recorde de fechamento pela 10.^a vez no ano. Já o dólar quebrou uma sequência de seis altas seguidas, fechando com a maior queda porcentual em 13 pregões, caindo 1,13%, a R\$ 3,7624.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a prioridade número um é a reforma da Previdência. "Precisamos consertar o antigo sistema e introduzir um novo, fazendo a transição para o modelo de capitalização", disse à TV Bloomberg. Guedes também disse que será possível levantar US\$ 20 bilhões com privatizações e zerar o déficit neste ano.

Em Brasília, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou que o governo planeja realizar o leilão do excedente de petróleo do pré-sal no terceiro trimestre. A estimativa de arrecadação com o leilão da chamada cessão onerosa é de R\$ 100 bilhões, segundo o ministro. A entrevista de Guedes na Suíça sucedeu a decepção e surpresa de agentes do mercado e da imprensa com o cancelamento de coletivas e pronunciamentos de Bolsonaro e ministros, previstos na programação do Fórum Econômico Mundial.

Apesar da tentativa do governo de assegurar em Davos que as reformas vão avançar, a estrategista em Nova York de moedas para América Latina do Royal Bank of Canada, Tania Escobedo, vê um excesso de otimismo dos investidores. Segundo ela, a tramitação do texto não deve ser simples como muitos investidores esperam.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/01/2019

Seção: Política

Autor: Daniel Weterman Idiana Tomazelli Tânia Monteiro / BRASÍLIA

Título: De surpresa, Planalto lista metas para 100 dias

Pacote relaciona 35 propostas consideradas prioritárias; reforma da Previdência não é citada

Em um evento anunciado ontem no início da tarde após o cancelamento de uma entrevista coletiva da delegação brasileira no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, o governo apresentou um pacote de 35 ações prioritárias para os primeiros cem dias de gestão do presidente Jair Bolsonaro. O programa, no entanto, incluiu metas sem detalhamento e não citou a reforma da Previdência, classificada como prioritária pela equipe econômica.

O plano incluiu uma redução da máquina administrativa com estimativa de extinção de 21 mil funções comissionadas e gratificações. Além disso, confirmou medidas já anunciadas pelos ministérios, como o 13.º para beneficiários do Bolsa Família, e decisões já tomadas pelo governo, como a edição da medida provisória para combater fraudes no INSS e o decreto que flexibiliza a posse de armas no País.

Ao apresentar as metas, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, não quis comentar nenhum dos pontos da reforma da Previdência. Em Davos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou ontem que as mudanças no sistema de aposentadorias do Brasil são "a prioridade número um do governo".

"Se eu descer aos detalhes da proposta, eu obviamente entregaria aqui a estratégia, a tática e a lógica", afirmou Onyx, evitando se comprometer com pontos específicos da reforma e com prazos para apresentação da proposta. O ministro declarou que o texto da reforma da Previdência vai ser fechado "nas próximas semanas" após o presidente Jair Bolsonaro retornar da cirurgia para retirada da bolsa de colostomia.

O ministro espera que Bolsonaro volte a Brasília por volta do dia 7 de fevereiro. Sem detalhes. Entre as metas há pontos não detalhados, como a implantação de um centro de testes para dessalinização no semiárido. Além disso, o governo

promete "interação entre universidades e a rede de escolas públicas para o ensino de ciências".

Outro ponto é regulamentar a educação domiciliar, após decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto. O documento também fala em impedir o loteamento político em cargos da administração federal estabelecendo regras e critérios para nomeação dos postos de confiança. O governo quer ainda retirar o padrão do Mercosul no passaporte brasileiro e retomar o Brasão da República como identidade visual no documento para "fortalecer a identidade nacional e o amor à Pátria".

Onyx garantiu que a mudança terá "custo zero" porque será implementada apenas na impressão de novos documentos e que os passaportes com o atual padrão terão validade mantida. Na área econômica, o governo confirmou a intenção de dar independência ao Banco Central. Uma mudança na autoridade monetária, no entanto, depende do Congresso. "Mas vamos nos empenhar nisso", prometeu Onyx.

O Planalto estimou ainda realizar o leilão do excedente da cessão onerosa do pré-sal no terceiro trimestre deste ano e arrecadar R\$ 100 bilhões com a venda. O ministro explicou que a definição dos objetivos levou em conta a possibilidade de serem cumpridos neste início de gestão e o significado das medidas para a população. Para ele, o governo pretende chegar no dia 11 de abril com mais de 90% das metas cumpridas.

Ele admitiu que o conjunto não incluiu necessariamente as medidas mais importantes. "Não são todas, não são necessariamente as mais importantes, mas são aquelas que nós estamos divulgando neste momento onde cada um dos ministérios fez as suas escolhas e são metas que o governo vai se empenhar para tentar, quando for feito o balanço dos 100 dias, ter condição de poder apresentar as realizações."

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 24/01/2019

Seção: Política

Autor:

Título: Previsão de extinguir 50 estatais

O ministro da Economia, Paulo Guedes, deu mais detalhes sobre como serão tratadas as estatais deficitárias no governo Jair Bolsonaro. Ele disse, em entrevista à Agência Reuters, que pretende extinguir 50 empresas num prazo entre três e cinco meses. Além disso, ressaltou a investidores que o governo

fará um programa de privatização de US\$ 20 bilhões e reduzirá de 34% para 15% a tributação sobre todas as empresas. A arrecadação será pela taxação de dividendos.

Apesar de não dar mais informações sobre quais alíquotas poderão ser reduzidas, Guedes ressaltou que tem a intenção de colocar o Brasil no ranking dos 50 principais países para se fazer negócios no mundo. Segundo o Banco Mundial, houve melhora em 2018, mas ainda ocupamos a 109ª posição. Ou seja, seria preciso desbancar, ao menos, 59 nações.

O próprio presidente Jair Bolsonaro admitiu a dirigentes empresariais que será uma tarefa complicada. De acordo com ele, a meta é “difícil, mas não impossível”. Para implementá-la, além de reduzir a burocracia e entraves regulatórios, Guedes quer fazer mudanças na legislação tributária, diminuindo os impostos sobre empresas e aumentando a taxação sobre capital e dividendos. “Quem vai investir no Brasil com imposto de 34%, quando nos EUA são 20%?”, questionou.

Sobre a simplificação tributária, Bolsonaro disse que as conversas estão avançadas, mas que o tema não é fácil, porque mexe em impostos estaduais e de prefeituras. “É muito difícil uma reforma, mas tem de ser buscada”, frisou o presidente. O economista Bruno Lavieri, analista da 4E Consultoria, avaliou que tanto a reforma da Previdência quanto as mudanças no regime de tributação não dependem da equipe técnica. “O risco de não chegar à 50ª posição no ranking está mais no âmbito político do que no técnico”, disse. (HF e GP)

15%

Tributação que o governo pretende cobrar de empresas, que hoje pagam 34%

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 24/01/2019

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Governo quer concluir Angra 3

No primeiro anúncio oficial com a equipe do segundo escalão completa, o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse ontem que o governo busca parceiros para concluir as obras da usina nuclear Angra 3 a fim de colocá-la em operação até 2026. Também defendeu a inclusão de novos projetos nucleares com a participação da iniciativa privada na matriz energética brasileira no longo prazo. Ao apresentar suas prioridades à frente do MME, Albuquerque estimou a realização do leilão do excedente de petróleo da cessão

onerosa do pré-sal no segundo semestre deste ano e a solução para o problema das garantias físicas do risco hidrológico nos próximos 30 dias. O ministro ainda ressaltou que não descarta nenhuma modelagem de privatização da Eletrobras.

Com a experiência anterior de diretor-geral de desenvolvimento nuclear na Marinha, Albuquerque reforçou que a fonte é estratégica. “Três países do mundo, Brasil, Estados Unidos e Rússia, possuem grandes reservas de urânio e dominam a tecnologia nuclear. Não entendo como o nosso país poderia abrir mão de uma matriz como essa”, afirmou. O ministro disse que o MME não terá restrição em termos de capital estrangeiro para conclusão da usina. “Não há comprometimento de nenhuma tecnologia sensível dentro da parceria para finalizar Angra 3, é apenas questão de investimentos”, disse.

O secretário de Planejamento Estratégico, Reive Barros, afirmou que as obras de Angra 3 estão paradas desde 2015 após denúncias da Operação Lava-Jato. Já foram investidos R\$ 12 bilhões e a estimativa é de que serão necessários mais R\$ 15 bilhões.

Eletrobras

Apesar de a privatização da Eletrobras não constar do documento das prioridades apresentado ontem, o ministro garantiu que o processo vai ter continuidade, sem detalhar qual modelagem está sendo estudada. “Estamos discutindo como implementar. Nenhum modelo está descartado. O governo ainda não tem uma posição fechada.”

Na área do petróleo, o ministro afirmou que a resolução do imbróglio sobre cessão onerosa deve ser concluído logo. “Estabelecemos como prioridade de governo, estamos trabalhando com todos os envolvidos — TCU (Tribunal de Contas da União), Petrobras, Ministério da Economia e AGU (Advocacia-Geral da União) — para que o leilão seja realizado no segundo semestre”, assinalou.

Sobre as garantias físicas associadas ao risco hidrológico, Albuquerque explicou que o problema do passado já foi pacificado. “O do presente, vamos procurar resolver nos próximos 30 dias, com o retorno do Congresso. Mas o mais importante é repensar o modelo para que não se tenha problema de novo daqui a dois, três, quatro anos. Porque, no fim das contas, quem paga é o consumidor e não queremos que ele assuma esse ônus”, completou.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 24/01/2019****Seção: Negócios****Autor: Gustavo Pimentel****Título: Há, no discurso do governo, preferência pela energia nuclear**

Se o setor produtivo dá sinais de aprovação à participação do novo governo em Davos, o mesmo não se pode dizer de quem tem atividades ligadas à sustentabilidade. Gustavo Pimentel é diretor da Sitawi, uma organização brasileira especialista em finanças sustentáveis e a principal estruturadora de “green bonds”, ou fundos verdes, usados por empresas, bancos e governos para a captação de recursos para o financiamento de projetos ligados à sustentabilidade. A Sitawi avaliou no ano passado R\$ 1 bilhão em operações para a emissão de títulos verdes e participou de outras cinco operações que ainda não foram ao mercado, no mesmo valor. Os setores que mais têm gerado demanda são o de energia, o florestal e o de bancos, que captam recursos para emprestar para clientes verdes na ponta. Abaixo, trechos da entrevista.

Que impacto pode ter o discurso de Jair Bolsonaro na abertura do Fórum Econômico Mundial, em Davos, nos negócios ligados a projetos de sustentabilidade, particularmente na emissão de “green bonds”, os títulos verdes?

O discurso do presidente com relação ao meio ambiente é bastante raso e não é baseado em evidências. Parece ser por desconhecimento no sentido de ignorar o tema. Ele repete frases de efeito que provavelmente são ditas por seus assessores. Já em relação aos ministros ligados às áreas de meio ambiente e infraestrutura, particularmente no que se refere a processos de licenciamento de projetos e desmatamento, parece haver um pouco mais de conhecimento sobre o tema, mas a abordagem é puramente comercial. A fala de Bolsonaro, que condiciona a permanência do Brasil no Acordo de Paris à oferta de contrapartidas, mostra que o país vai fazer investimentos no clima à medida que nos beneficiem economicamente ou comercialmente. Os responsáveis por essas pastas perderam a vergonha ao dizer que o cuidado com o meio ambiente e com o clima são meramente comerciais. Antes, o Itamaraty e Meio Ambiente entendiam a responsabilidade global do país e havia um certo altruísmo de contribuir com a agenda global.

Os títulos verdes poderão ser afetados?

Esses são papéis de dívida emitidos por empresas e bancos, às vezes por governos, que acabam atraindo investidores interessados nessa agenda e

também no seu retorno. Não vejo como essa abordagem ministerial pode impactar negativamente no mercado de títulos verdes no Brasil. Empresas e bancos que estão emitindo títulos verdes estão usando recursos para ativos que independem da legislação ambiental. São empresas que querem se posicionar como verdes.

A abordagem em relação ao meio ambiente apresentada em Davos e defendida até agora pelo novo governo não deve ter efeitos colaterais?

Não, esse comportamento pode levar, sim, a uma maior dificuldade do Brasil em captar financiamentos para projetos climáticos de grandes financiadores como Alemanha, Noruega e Reino Unido, que esperam um compromisso brasileiro com agenda ambiental. Se o Brasil anuncia menor comprometimento com essa agenda, sinaliza que o país não é tão sério assim e isso pode desmotivar esses países a direcionarem recursos para cá. Foi o que aconteceu no ano passado, quando o desmatamento no Brasil aumentou e levou a Noruega a reduzir os financiamentos para projetos ambientais por aqui.

Qual deve ser o comportamento do investidor em relação ao que tem sido proposto na área ambiental?

Em primeiro lugar, o investidor vai avaliar os sinais dados nos discursos do governo, depois vai olhar o ambiente real, ou seja, como as fiscalizações ambientais têm funcionado na prática. Até agora, o cenário é negativo para as questões ligadas ao meio ambiente e ao clima, tanto no discurso do governo quanto em algumas ações, com o remanejamento de servidores das pastas ligadas a essa área e eliminação de departamentos. Por outro lado, não foi aprovada nenhuma regulamentação que levasse a mudanças concretas nas atuais regras.

Há algum reflexo nos planos de quem procura a Sitawi para lançar títulos verdes?

Por enquanto, não há mudanças e temos trabalhado em algumas operações que vêm desde o final de 2018 e estavam represadas, aguardando o desenlace eleitoral e uma definição das políticas econômicas. Acredito que 2019 será um período melhor do que o vivido no ano passado para emissão de títulos verdes. Mas esse cenário pode mudar se tiver alguma canetada em um nível que mude as atuais regras do jogo, como mudanças bruscas nas regras de aprovação do licenciamento ambiental. Isso pode gerar desconfiança e afetar o fluxo de projetos na área de energia renovável, por exemplo, em especial as fontes eólica e solar, que vêm ganhando muita força e andando com as próprias pernas. No discurso do novo governo, no entanto, há uma preferência pela fonte nuclear. Se isso se concretizar e houver uma transferência de incentivos para o setor de energia nuclear, projetos poderão ser engavetados.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 24/01/2019****Seção: Negócios****Autor: Adriano Pires****Título: A hora da privatização do refino**

No Brasil, o mercado de combustíveis se assemelha ao relógio distorcido pintado por Salvador Dalí em seu quadro A Persistência da Memória: transmite a sensação de ir contra a realidade, preso a um tempo que ficou apenas na memória.

É urgente a necessidade de colocarmos o passado em seu devido lugar, desfazendo o monopólio no refino e estabelecendo ambiente competitivo capaz de atrair investimentos para o setor. E é preciso agir antes que as oportunidades derretam e as soluções se tornem cada vez mais difíceis e onerosas.

Num mercado livre de fato, cada empresa estabelece sua política de precificação e a regulação se dá pela competição entre os próprios agentes. Ou seja, a discussão sobre capacidades de produção e taxas de utilização de refinarias deixa de fazer sentido.

Entretanto, não há no Brasil sequer a sombra de um mercado livre: nosso abastecimento de combustíveis vive sob a égide de um monopólio de fato, tanto no refino quanto na infraestrutura logística.

Para estimular a competitividade da economia, o novo governo faria bem em estimular a concorrência iniciando um período de transição até que possamos chegar, um dia, ao livre mercado e sua tão subestimada geração de riqueza para toda a sociedade.

Como fazer esta transição? A primeira (velha) ideia a se abandonar é aquela que enxerga a Petrobras como a garantidora do abastecimento nacional. Por décadas, esta visão impediu a empresa de tomar decisões tendo como base apenas seu interesse econômico, e permitiu que ela fosse usada como ferramenta política, com os resultados escandalosamente nefastos que todos conhecemos.

Precisamos criar condições para que a Petrobras compartilhe com outros agentes a responsabilidade do abastecimento nacional — por exemplo,

abstendo-se de importar e permitindo que os agentes privados atuem, complementando o volume da demanda e sem comprometer o ponto ótimo de operação nas refinarias nacionais.

Uma saída seria o estabelecimento das capacidades operacionais “por produto” nas refinarias nacionais, com periodicidade semestral, permitindo alternativas de planejamento para o abastecimento nacional e o estabelecimento de um setor mais dinâmico e competitivo. Outra ideia seria a publicação trimestral da produção por refinaria.

Para entender essas ideias, é preciso lembrar como funciona o refino no país, todo ele nas mãos da Petrobras. O Brasil é o sétimo maior consumidor de derivados no mundo, mas a oferta nacional de combustíveis não é suficiente para suprir a demanda doméstica.

Não há, tampouco, previsões de aumento significativo da capacidade de refino nos próximos anos, de modo que continuaremos sendo importadores líquidos desses derivados, um verdadeiro desperdício de dólares e de oportunidade. O deficit atual é de cerca de 1 milhão de metros cúbicos/mês no óleo diesel e 300 mil metros cúbicos/mês na gasolina.

Com a expectativa de aumento da demanda, a evolução da necessidade de importação de derivados sinaliza a urgência dos investimentos em infraestrutura de abastecimento para garantir a oferta do produto, seja com origem na produção nacional, seja nas importações, o que é vital para a continuidade da retomada econômica após a recessão dos últimos anos.

Mesmo a infraestrutura para recebimento e expedição de produtos importados nos portos já se encontra com gargalo logístico. Um navio de diesel ou gasolina espera, em média, oito dias para descarregar, o que onera o consumidor final em aproximadamente R\$ 20/m³. Num cenário de crescimento econômico acelerado, ficará cada vez mais visível a existência de restrições para o abastecimento nacional de combustíveis.

A Petrobras já manifestou seu reposicionamento estratégico: pretende balizar seus preços pelo mercado internacional e pela taxa de câmbio, de forma a maximizar seu lucro. Assim, não é razoável que a empresa execute elevadas taxas de utilização nas refinarias ou efetue importações de derivados,

diminuindo a rentabilidade de seus ativos para cumprir o status de único agente supridor.

O único caminho para a concretização do plano de desinvestimento em refino é o estabelecimento de um ambiente pró-concorrencial, em que os investidores tenham segurança para avaliar oportunidades de empreendimentos em infraestrutura logística, bem como participar dos negócios de refino existentes e analisar a viabilidade de implantação de novas refinarias no Brasil.

Num cenário como o atual, em que a Petrobras flexiona seu músculo de monopólio e realiza movimentos de preços nas praças em que há pressão competitiva, inibindo as operações de outros agentes, não será possível viabilizar este movimento, e o plano de desinvestimento ficará apenas no papel.

A prática de preços abaixo da paridade (nos pontos de entrega do produto) onde há alternativas de produtos importados já levou ao cancelamento de investimentos privados na infraestrutura de terminais. Nesse quadro, que investidor terá coragem de imobilizar capital em refinarias, para as quais o tempo de retorno do investimento é muito maior?

Fará bem ao novo governo lembrar-se dos erros cometidos no passado recente e apostar no caminho inverso. O caminho da concorrência — que vai requerer muita ousadia — renderá mais frutos ao país e aos brasileiros do que o caminho do protecionismo, da reserva de mercado e dos cartórios.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Megaleilão e venda da Eletrobras patinam em meio a incertezas

Enquanto a usina Angra 3, a terceira do complexo nuclear em Angra dos Reis (RJ), tem sido defendida com ênfase pelo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, outras iniciativas no setor dão sinais de que entraram em compasso de espera, aguardando maior empenho do governo para que possam avançar.

Em café da manhã com jornalistas, o ministro demonstrou que é preciso mais articulação com outros órgãos do governo para evoluir na preparação do megaleilão do volume excedente de petróleo do contrato da cessão onerosa,

firmado com a Petrobras, e na definição do modelo de privatização da Eletrobras a ser adotado pelo novo governo.

Sobre o megaleilão do excedente da cessão onerosa, o ministro reiterou que deve ser realizado no segundo semestre de 2019. Ele não respondeu se apenas o aval do Tribunal de Contas da União (TCU) ou a aprovação de projeto sobre o tema no Senado seriam suficientes para liberar a publicação do edital.

Em relação à privatização da Eletrobras, o ministro disse que "nenhum modelo está descartado" e que não tem "nenhuma ideia pré-concebida" sobre a previsão de a União ceder em participação a tal ponto de perder a posição de acionista controlador.

Ontem, o secretário de Planejamento Energético do ministério, Reive Barros, que acumula o cargo de presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), endossou o coro em defesa do projeto nuclear. Para ele, a tarifa da usina cairá com a disputa entre investidores interessados no negócio. O aumento do custo é o argumento mais usado pelos críticos ao projeto.

Angra 3 teve sua construção interrompida após escândalos de corrupção e cartel de empreiteiras alvos de investigação da Lava-Jato, da Polícia Federal. Mas, para assegurar a viabilidade do projeto, o governo fixou, no ano passado, o valor de referência de R\$ 480 por megawatt-hora (MWh), o dobro do que vinha sendo considerado.

Barros expôs, a pedido do ministro, os pontos positivos da estratégia de construir as usinas nucleares, como reforço para a oferta de energia nas próximas décadas. Em sua fala introdutória no café da manhã, o ministro havia defendido a retomada das obras. O plano é colocar a usina em operação comercial em janeiro de 2026.

"Como falei na minha posse, esse tema deve ser discutido sem preconceitos", afirmou o ministro. Em sua carreira na Marinha do Brasil, Albuquerque estudou a fundo o valor estratégico desses projetos ao participar do programa nuclear brasileiro.

O ministro destacou que apenas três países no mundo, incluindo o Brasil, possuem grandes reservas de urânio e, ao mesmo tempo, dominam o processo industrial de transformação do insumo em energia.

Estudos do governo apontam para a necessidade de construir de quatro a oito usinas nucleares no país, devido ao aumento da demanda e da inviabilidade de instalação de mais hidrelétricas. A Eletronuclear mantém conversas com cinco grupos estrangeiros de olho em Angra 3.

Para o ministro, não há necessidade de impor qualquer restrição aos investidores estrangeiros, pois os próximos investimentos não envolvem a parte sensível da tecnologia, que acenderia o sinal de al

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/01/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curtas

Consumo de energia

O consumo de energia no Brasil bateu mais um recorde de demanda ontem, refletindo as elevadas temperaturas registradas no país. Dados disponibilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em tempo real mostram que, às 14h55, o consumo atingiu um pico de 89.000 MW, superando o recorde registrado de terça-feira, de 87.500 MW. Ao mesmo tempo, o Sistema Interligado Nacional (SIN) enfrenta limitação de geração, devido ao desligamento da usina nuclear de Angra 2.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/01/2019

Seção: Política

Autor: Andrea Jubé e Carla Araújo | De Brasília

Título: Independência do BC está entre as metas para os 100 dias do governo

O ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, divulgou ontem as 35 metas para os 100 primeiros dias de governo, que incluem viabilizar nesse prazo o leilão do excedente da cessão onerosa e a independência do Banco Central. No âmbito do Ministério da Economia destacam-se a votação da medida provisória do combate às fraudes na Previdência Social, a extinção de 21 mil funções comissionadas e gratificações e a intensificação do processo de inserção econômica internacional, com medidas de facilitação de comércio, convergência regulatória, negociação de acordos comerciais e reforma da estrutura tarifária nacional.

Onyx ressaltou que a execução das medidas começa nas próximas duas semanas, e que no dia 11 de abril o presidente Jair Bolsonaro fará um balanço do cumprimento dessas metas. O objetivo é, segundo ele, realizar pelo menos 90% dessas metas. Duas medidas dessa relação já foram concretizadas pelo

governo: a edição da medida provisória de combate às fraudes no INSS, e do decreto de facilitação da posse de armas de fogo.

O anúncio da agenda prioritária, aguardado desde a primeira semana do novo governo, ocorreu na ausência de Bolsonaro, que participa do Fórum Econômico Mundial em Davos. Trata-se do esforço de criar uma agenda positiva em meio às investigações das movimentações atípicas na conta corrente do senador eleito, Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho mais velho do presidente. Uma estratégia que foi utilizada pelo ex-presidente Michel Temer durante a crise com a delação do empresário Joesley Batista, do grupo J&F, e que acabou inviabilizando a reforma da Previdência.

Chamou a atenção as ausências das reformas da Previdência e tributária na lista dos objetivos dos primeiros 100 dias. Em Davos, o ministro Paulo Guedes havia declarado que "a prioridade número um" do governo é a reforma previdenciária. Onyx, porém, justificou a ausência das reformas entre as 35 metas porque são "questões complexas". Ele ponderou que os debates estão avançados, mas o modelo da reforma previdenciária será finalizado depois do dia 7 de fevereiro, quando Bolsonaro tiver retornado da cirurgia de retirada da bolsa de colostomia. Ele negou que a exclusão das reformas frustre os investidores, lembrando que o presidente reafirmou o compromisso com as mudanças em seu discurso em Davos.

O ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, ressaltou que o governo tenta resolver a cessão onerosa internamente, sem passar pelo Congresso, em negociações restritas à pasta, ao Tribunal de Contas da União, à Petrobras e à Advocacia Geral da União.

No âmbito do ministério das Relações Exteriores, as prioridades são reduzir as tarifas do Mercosul e alterar o passaporte brasileiro, hoje com padrão do bloco do Cone Sul, para retomar o Brasão da República. "É algo muito importante", disse o ministro. O argumento do governo para a mudança é "fortalecer a identidade nacional e o amor à Pátria".

Além disso, há a previsão de uma medida provisória para regulamentar "o direito à educação domiciliar". Segundo a Casa Civil, a medida beneficiaria 31 mil famílias. No ano passado, o Supremo Tribunal Federal decidiu que essa prática de ensino "não é considerada um meio lícito para que famílias cumpram o dever constitucional de prover educação", e lembraram que falta lei que regulamente o tema. A seguir, as 35 metas previstas para os cem dias:

☐ Estímulo à Agricultura Familiar

☐ 13º para o Bolsa Família

- ☐ Programa Bolsa Atleta
- ☐ Implantação do Centro de Testes de Tecnologias de Dessalinização
- ☐ Programa Ciência na Escola
- ☐ Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH)
- ☐ Combate às fraudes nos benefícios do INSS
- ☐ Redução da máquina administrativa
- ☐ Intensificação do processo de inserção econômica internacional
- ☐ Vinculação da autorização de concursos públicos à adoção de medidas de eficiência administrativa
- ☐ Sistema Nacional de Emprego (Sine) Aberto
- ☐ Alfabetização Acima de Tudo
- ☐ Privatizações no Setor de Transportes
- ☐ Decreto de Facilitação da Posse de Armas
- ☐ PL Anticrime
- ☐ Apoio à Operação Lava-Jato
- ☐ Aprimorar o Sistema de Recuperação Ambiental
- ☐ Plano Nacional para Combate ao Lixo no Mar
- ☐ Viabilizar o leilão do excedente da cessão onerosa
- ☐ Campanha nacional de prevenção ao suicídio e à automutilação de crianças, adolescentes e jovens
- ☐ Regulamentação de partes da Lei Brasileira de Inclusão
- ☐ Educação domiciliar
- ☐ Redução tarifária do Mercosul
- ☐ Retirada do Brasil do padrão de passaporte do Mercosul e retomar o Brasão da República como identidade visual nesse documento

- ☐ Fortalecer a vigilância e aumentar a cobertura vacinal
- ☐ Melhorar o ambiente de negócios do turismo e potencializar a atração de investimentos para o Brasil
- ☐ Reestruturar a Empresa Brasileira de Comunicação
- ☐ Racionalizar e modernizar estruturas e processos ministeriais
- ☐ Regras e critérios para ocupação de cargos de confiança no governo federal
- ☐ Programa Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania
- ☐ Criação do Comitê de Combate à Corrupção no Governo Federal
- ☐ Sistema Anticorrupção do Poder Executivo Federal
- ☐ Atendimento eletrônico de devedores dos órgãos federais
- ☐ Independência do Banco Central
- ☐ Critérios para Dirigentes de Bancos Federais

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner | De Davos (Suíça)

Título: Iberdrola quer retomar oferta de ações da controlada Neoenergia

A multinacional espanhola Iberdrola, controladora da Neoenergia, pretende investir de R\$ 25 bilhões a R\$ 30 bilhões no Brasil até 2023. Cerca de metade dos aportes totais deve se concentrar no segmento de distribuição de energia elétrica e outros R\$ 7 bilhões nas linhas de transmissão arrematadas em leilões recentes, segundo José Ignacio Sánchez Galán, CEO e presidente do conselho de administração da empresa.

Em entrevista ao **Valor** à margem do Fórum Econômico Mundial, em Davos, o empresário disse que o discurso do novo governo brasileiro aos investidores internacionais "soa francamente bem" e afirmou que a Neoenergia "sem dúvida" tem ambições de crescer na área de transmissão.

A empresa venceu quatro dos 16 lotes de "linhões" oferecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no último leilão do setor, que ocorreu em dezembro, acrescentando 1.907 quilômetros ao seu portfólio.

Em duas décadas de presença, a Iberdrola acumula R\$ 56 bilhões de investimentos no Brasil e está colocando o pé no acelerador. O montante a ser desembolsado nos próximos cinco anos, isoladamente, representaria até 53% de tudo o que já foi aportado desde 1997. Em janeiro do ano passado, Galán fazia uma projeção em torno de R\$ 20 bilhões para aportes no mercado brasileiro durante o quinquênio seguinte.

"A nossa aposta no país é clara. O que nos diz este governo nos soa bem, mas o nosso compromisso não é com o governo, é com os cidadãos brasileiros", enfatizou Galán, lembrando que a Iberdrola já conviveu com administrações de diferentes matizes ideológicos desde sua chegada.

Sentado em uma das primeiras fileiras do Congress Hall, onde o presidente Jair Bolsonaro discursou em sessão plenária do fórum, Galán assegurou ter gostado do que ouviu e tinha anotações detalhadas sobre os principais pontos que lhe chamaram a atenção: ministros qualificados e sem ingerência política, simplificação de normas, privatizações e controle das finanças públicas.

Uma das menções feitas por Bolsonaro que mais agradaram ao empresário espanhol foi a promessa de colocar o Brasil, até o fim de seu mandato presidencial, entre os 50 melhores países para se fazer negócios no planeta. "Seria uma notícia magnífica", afirmou. O último ranking de competitividade do Fórum Econômico Mundial coloca o Brasil na 72ª posição entre 140 países - e em um distante 108º lugar em termos de ambiente de negócios.

Na terça-feira, Galán reuniu-se com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ouviu a mensagem de que o Estado deve ser mais enxuto e liberar as amarras para o setor privado. "Em resumo, o que ele me disse foi: 'Sou da Escola de Chicago, a Escola de Chicago fez com que o Chile mudasse radicalmente, gostaríamos de fazer a mesma coisa no Brasil'."

A Iberdrola, segundo ele, defende uma oferta de ações da Neoenergia. "Temos uma parceria bem sucedida com o BB e a Previ. Provavelmente essa companhia fará um IPO. Depende dos sócios, já tentaram fazer no ano passado. Se a pergunta é o que eu opino, acredito que a maior distribuidora do Brasil deveria estar listada em Bolsa. Mas não depende de nós, depende dos nossos parceiros", afirmou.

Galán ressaltou apenas que não passa por sua cabeça perder o controle da Neoenergia. "A Iberdrola continuará sendo majoritária. Não venderemos as nossas ações no mercado", disse.

Hoje, a Neoenergia atende 13,8 milhões de unidades consumidoras no Brasil por meio de suas distribuidoras Elektro (SP e MS), Coelba (BA), Celpe (PE) e Cosern (RN). São cerca de 34 milhões de pessoas servidas. O grupo também tem 3,4 mil megawatts de capacidade instalada em usinas hidrelétricas e geração de energias renováveis. Emprega quase 11 mil pessoas, gera R\$ 12 bilhões em arrecadação de impostos e 76% dos seus fornecedores são locais.

Quanto à disputa pela aquisição da Eletropaulo (SP), que a Neoenergia perdeu para o grupo italiano Enel, o CEO da Iberdrola não demonstra arrependimento e disse encarar a concorrência como desleal. "Contra um Estado é muito difícil competir", ironizou, referindo-se ao controle estatal da Enel. De qualquer forma, relativizou Galán, a frustração é "pequena" diante do tamanho do comprometimento da empresa espanhola com os projetos de linhas de transmissão que estão sendo desenvolvidos agora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Marina Falcão* | De São Paulo e Arcoverde (PE)

Título: Indiana Sterlite prevê antecipar em dois anos primeiro projeto no país

A indiana Sterlite deve entregar seu primeiro projeto de transmissão de energia no Brasil com quase dois anos de antecipação em relação ao prazo estipulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O desempenho surpreendeu aqueles que questionaram a viabilidade do negócio da companhia, que ficou conhecida pela agressividade dos lances apresentados em leilões desde a chegada no Brasil, há dois anos.

"Estamos muito confiantes e felizes sobre o andamento das obras", afirmou, em entrevista ao **Valor**, Pratik Agarwal, presidente global da Sterlite Power, em uma das suas visitas cada vez mais frequentes ao Brasil.

Desde sua estreia no país, em 2017, a Sterlite roubou a cena nos leilões, desbancou nomes tradicionais do setor e até mesmo concorrentes estrangeiros - como chineses -, assegurando um portfólio de dez lotes em projetos do zero, com investimentos estimados em R\$ 7,8 bilhões.

Além de servir de cartão de visita, antecipação melhora taxas de retorno ao garantir receita extra

O plano da companhia é investir um total de US\$ 4 bilhões na América Latina, sendo que a "maior parte" ficará no Brasil, único país fora da Índia em que a empresa tem negócios até o momento. Considerando o câmbio atual, já foram comprometidos cerca de US\$ 2 bilhões no país, e o montante deve crescer nos próximos dois a três anos, sempre com foco em projetos iniciados do zero.

A grande expertise da Sterlite é em projetos "complexos", e a antecipação de prazos deve ser um cartão de visitas para ganhar cada vez mais espaço no país.

O primeiro dos dez projetos é uma linha de transmissão em Pernambuco, atravessando sete cidades Arcoverde, São João, Garanhuns, Capoeiras, Caetés, Venturosa e Pedra, com 281 torres de transmissão e três subestações. O empreendimento está com 840 dias de antecipação em relação ao prazo máximo da Aneel, e deve entrar em fase de comissionamento nos próximos meses - 18 a 24 meses antes do necessário.

Com o objetivo de atender os parques eólicos e solares no interior de Pernambuco, o projeto Arcoverde - uma linha de transmissão 230 kV - está 80% finalizado. "Faz parte da estratégia da empresa fazer no menor tempo possível. Quanto antes terminamos, melhor para o sistema e para a gente, que começa a receber a receita da concessão", diz Rui Chammas, presidente da Sterlite no Brasil.

Na estimativa mais otimista, a linha de transmissão estará concluída até 20 de abril. Na mais pessimista, até o fim do primeiro semestre deste ano.

Além de servir de cartão de visita, a antecipação de prazo também melhora as taxas de retorno do empreendimento, uma vez que dará direito à Sterlite antecipar a receita do projeto. O projeto tem direito à receita anual permitida (RAP) de R\$ 24,6 milhões.

No total, os dez projetos na carteira da indiana envolvem uma RAP de R\$ 728,59 milhões, receita garantida e ajustada ao longo dos 30 anos de concessão de cada empreendimento.

"Ano que vem, vamos começar a construção pesada de ao menos três projetos", disse Agarwal. O principal deles é o projeto Novo Estado, que vai conectar o Pará ao Tocantins, com investimento projetado de R\$ 2,78 bilhões e RAP de R\$ 313,1 milhões. Será uma oportunidade para a Sterlite demonstrar sua expertise em "projetos complexos."

Por enquanto, a Sterlite não tem uma estimativa para conclusão dessas obras, uma vez que ainda não obteve todas as licenças necessárias. "Cada projeto é diferente, pensamos cada um individualmente. Há uma grande chance de concluirmos a maior parte deles antes do prazo", afirmou Agarwal.

Para o Arcoverde, a indiana garantiu o empréstimo-ponte dos bancos BTG Pactual e Santander, enquanto o financiamento de longo prazo será com o Banco Nacional do Nordeste (BNB).

A companhia não conta apenas com recursos subsidiados do BNB e do BNDES. Ela avalia outras formas de financiamento dos empreendimentos, sempre de acordo com o projeto inicial definido antes das participações nos leilões. "Acho que em algum momento eles [BNB e BNDES] vão reduzir o financiamento subsidiado, mas não nos importamos com isso, porque precificamos o custo correto do capital no leilão."

O importante é que há muita liquidez e disponibilidade de financiamento e capital no Brasil, tanto para empréstimos-ponte quanto de longo prazo", disse o presidente mundial da Sterlite.

O histórico da companhia na Índia e o que está sendo construído no Brasil é outra aposta para facilitar crédito. "Nossa habilidade em antecipar projetos nos dá muito conforto para discutir com os bancos parceiros", disse.

Depois de arrematar mais da metade dos investimentos no leilão de transmissão de junho de 2018, a Sterlite teve uma participação mais tímida no certame de dezembro, ao levar apenas um lote, de R\$ 776,8 milhões em investimentos. A companhia fez lances por outros lotes, mas só saiu vencedora em um.

Segundo o presidente global, isso não significa que a companhia reduzirá a presença nos próximos certames. "Temos uma estratégia muito consistente, poupamos nossos recursos para os retornos corretos. Não nos importamos em perder lotes em um leilão, queremos os projetos adequados e estamos muito felizes com os que temos", disse.

Os investimentos podem ser direcionados também para ativos já licitados mas ainda em fase de construção. "Achamos que há muitos lotes licitados no Brasil nos últimos cinco anos, e nem todos os empreendedores conseguirão concluir as obras. Podemos ser candidatos a adquirir aqueles no início ou meados das obras", disse Agarwal.

***A repórter viajou a convite da Sterlite**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Marina Falcão | De Arcoverde (PE)

Título: Obras vão melhorar suprimento

O projeto de transmissão Arcoverde, em fase final de construção pela indiana Sterlite, vai ajudar a garantir a sustentabilidade e estabilidade do sistema elétrico da região, que inclui parte do Agreste e do sertão de Pernambuco. O **Valor** sobrevoou o projeto, cujas obras estão antecipadas em mais de 800 dias, acompanhando o presidente mundial da Sterlite, Pratik Argawal, membro da família fundadora do negócio. No momento, o suprimento da região é realizado exclusivamente por meio do sistema de distribuição da Celpe derivado de uma subestação pertencente à Chesf.

O Nordeste não depende da energia produzida em outras regiões do país. "Não descartamos a região passar a ser exportadora de energia no futuro, com a quantidade de investimentos em energia renováveis que vemos", diz Rui Chammas, presidente da empresa do Brasil.

A Sterlite ganhou o leilão do projeto Arcoverde em abril de 2017 e, doze meses depois, começou a obra. A empresa conseguiu adiantar o projeto mesmo se deparando com alguns empecilhos. Foram necessárias duas detonações de rochas e recorrer ao uso de drones para cruzar fios e cabos com outra linha de transmissão no meio do caminho. "É algo que já fizemos na Índia", diz Argawal. A obra está sendo tocada em parceria com a empresa mineira Tabocas. Dos 700 trabalhadores no projeto, cerca de 60% são da região onde a linha está sendo instalada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/01/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Minério cai na China

O minério de ferro negociado no porto chinês de Qingdao caiu 0,4% ontem, para US\$ 74,48 a tonelada, segundo "Metal Bulletin". O índice leva em conta o produto com teor de ferro de 62%. No ano, a commodity acumula valorização de 2,41%. No mercado futuro, os contratos do minério para maio caíram 0,94%, a 527 yuans a tonelada. Para o aço, os futuros da bobina a quente subiram 0,25%, para 3.565 yuans a tonelada. O vergalhão avançou 0,3%, para 3.654 yuans a tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/01/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Curtas**

Petrobras recusa oferta

A Petrobras rejeitou oferta feita pela Ouro Preto Óleo e Gás para a compra de dois conjuntos de campos de petróleo em águas rasas, Enchova e Pampo, na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro. As informações são da agência de notícias "Reuters", citando duas fontes a par do assunto. A Ouro Preto conta com o apoio da EIG Global Energy Partners. Ela iniciou negociações exclusivas com a Petrobras em julho. À época, os ativos foram avaliados em US\$ 1 bilhão.

Chevron avalia petróleo

O executivo-chefe da Chevron, Michael Wirth, diz que o preço atual de US\$ 53 por barril está próximo do ideal. "Você precisa de preços que incentivem o investimento e atraiam novos investimentos, mas que não seja tão alto que pese sobre a economia, e provavelmente não estamos muito longe desse tipo de preço agora", disse o executivo à CNBC em Davos. Ele diz que mais eficiência e melhor uso da tecnologia após o colapso de 2014 ajudaram o setor.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/01/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Indústria de matérias-primas biológicas quer estar mais próxima do consumidor**

Num momento em que emergem novas lideranças políticas ao redor do mundo que questionam as relações comprovadas entre mudanças climáticas e emissões de gases estufa derivadas de ações humanas, sobretudo a partir do uso de fontes fósseis de energia, a indústria que recorre a matérias-primas biológicas renováveis acredita que é hora de apelar ao público consumidor.

"A população ainda não sabe do que estamos falando", afirma Maurício Adade, presidente da multinacional holandesa DSM para a América Latina, em entrevista ao **Valor**. Ele acaba de assumir a presidência do conselho da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), que até dezembro do ano passado

era chamada de Associação Brasileira de Biotecnologia Industrial. O principal desafio da entidade, afirma, é coordenar esforços para convencer os consumidores sobre a importância do segmento, que atua com organismos vivos em substituição aos derivados fósseis, o que implica, também, valorizar os "bioprodutos" pelas vantagens ambientais.

"Existiram no passado muitas controvérsias sobre o benefício da biotecnologia, e ainda existe uma pequena conotação negativa", avalia Adade, que acredita que isso acontece por desinformação. "Temos que traduzir ao público que tudo o que começa com 'bio' é o que faz o mundo melhor. Quem tem uma visão mais holística do que vai acontecer com esse planeta está investindo em biotecnologia", defende.

A eleição do executivo da DSM - companhia que atua em diversos segmentos, desde alimentos humanos e rações, biocombustíveis, embalagens, cosméticos, fragrâncias, até vestimentas - para comandar pelos próximos dois anos a estratégia do segmento também denota a ampliação do escopo da ABBI, que até então estava focada em participar de debates sobre biocombustíveis.

Embora a frente de atuação junto ao público amplo seja considerada a mais desafiadora, não menos importante deve ser a articulação dessa indústria com o governo Bolsonaro. "Temos que demonstrar que o desenvolvimento econômico está intimamente ligado à bioeconomia no Brasil", indica Adade.

O executivo diz que está com um "otimismo cauteloso" quanto ao futuro do país e se identifica com algumas bandeiras levantadas pelo atual governo, como atração de investimentos estrangeiros e desburocratização. Nesse sentido, ele acredita que poderá haver maior celeridade nos processos envolvendo propriedade intelectual no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

"Isso já avançou com a criação das patentes verdes, mas pode avançar mais", diz. Criadas em 2012 (no governo Dilma), as patentes verdes garantem que pedidos relacionados a tecnologias renováveis passem na frente na fila de aprovação do INPI. Para ele, é preciso que o órgão crie critérios para a aprovação mais rápida de biotecnologias já admitidas em outros países.

Só isso, porém, não parece suficiente para fomentar mais investimentos na indústria renovável. Adade critica, por exemplo, a falta de isonomia de tratamento do poder público entre a indústria fóssil e a de renováveis. "A indústria do petróleo tem subsídios que nós não temos. Nós não queremos tirar o subsídio de um setor e trazer para outro, mas é preciso ter isonomia",

defende. Essa distorção, avalia, faz parte da ausência ainda hoje existente de uma política de Estado voltada à "bioinovação".

Enquanto essa agenda não é construída, Adade acredita que o crescimento da indústria de matriz biológica renovável é um caminho sem volta. "Não tendo incentivo, não significa que não se fará nada. Mas quanto mais incentivos, maior o crescimento. Por isso temos que demonstrar os benefícios da biotecnologia", afirma.

MME / ASCOM .